REFLEXÃO

ORIGINAL

Editores
Ceci Maria Costa Baptista Mariani, Breno Martins Campos.

Conflito de interesse
Não há conflito de interesse.

Recebido
30 set. 2024

Versão final
13 maio 2025

Aprovado
11 jun. 2025

"Allah significa Deus": uma proposta de desconstrução de estereótipos sociais e midiáticos acerca do Islã, do Alcorão e dos muçulmanos

"Allah means God": A proposal to deconstruct social and media stereotypes about Islam, the Quran and Muslims

Sálua Omais[1]; Manoel Antônio dos Santos[1]

[1] Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Ribeirão Preto, SP, Brasil. Correspondência para: S. OMAIS. *E-mail*: <saluaomais@hotmail.com>.

Como citar este artigo: Omais, S.; Santos, M. A. "Allah significa Deus": uma proposta de desconstrução de estereótipos sociais e midiáticos acerca do Islã, do Alcorão e dos muçulmanos título do artigo. *Reflexão*, v. 50, e2514748, 2025. https://doi.org/10.24220/2447-6803v50a2025e14748

Resumo

Este estudo teórico-reflexivo e autoetnográfico visa dar visibilidade a elementos usualmente apagados com o intuito de desconstruir informações deturpadas sobre o Islã que, ao longo do tempo, contribuíram para a cristalização de estereótipos e juízos depreciativos. O objetivo do artigo é elencar e examinar criticamente as principais distorções produzidas sobre a religião islâmica e os muçulmanos, contrapondo-as aos ensinamentos doutrinários originários do Alcorão e da Sunna, de modo a destacar como tais preceitos contrastam com as condutas praticadas por alguns seguidores. Ao longo do estudo apontamos diversas distorções reproduzidas de forma reiterada, incluindo as distinções entre religião e cultura, evidenciando enorme discrepância entre os estereótipos construídos sobre o Islã e seus fundamentos doutrinários. Concluímos que a estereotipação da doutrina islâmica e dos muçulmanos é fruto de um processo histórico de epistemicídio, atrelado a uma herança de antagonismos e hostilizações que se ampliaram ao longo dos séculos. A reprodução de representações negativas sobre esses grupos, perenizadas por meio de um processo midiático massivo e contínuo, perpetua distorções e vieses presentes em diversas fontes de (des)conhecimentos.

Palavras-chave: Alcorão. Árabes. Estereótipos. Islã. Muçulmanos.

Abstract

This theoretical-reflective and autoethnographic study seeks to foreground elements that are often erased, aiming to deconstruct misinformation about Islam that, over time, has contributed to the crystallisation of stereotypes and derogatory judgements. This study aims to list and critically examine the main distortions produced about Islam and Muslims, contrasting them with the original doctrinal teachings of the Quran and the Sunnah, while also highlighting how these precepts differ from the behaviors practiced by some followers. Throughout the study, we pointed out various distortions that are repeatedly reproduced, including distinctions between religion and culture, showing a huge discrepancy between the stereotypes built about Islam and its doctrinal

CC BY

foundations. We conclude that the stereotyping of Islamic doctrine and Muslims is the result of a historical process of epistemicide, linked to a legacy of antagonism and hostility that has grown over the centuries. The reproduction of negative representations about these groups, perpetuated through a massive and continuous media process, perpetuates distortions and biases present in various sources of (mis)knowledge.

Keywords: *Quran. Arabs. Stereotypes. Islam. Muslims.*

Introdução

O Islã se tornou, nos últimos anos, a religião com crescimento mais acelerado no mundo, reunindo um número de adeptos que hoje representa, aproximadamente, 25% da população mundial (Muslim Population by Country, 2023). A religião tem como marco inicial o ano de 610 d.C., quando o Alcorão, livro sagrado dos muçulmanos, foi revelado por Deus, por intermédio do anjo Gabriel, ao profeta Muhammad, um homem iletrado. Os dogmas e o conjunto de leis doutrinárias que direcionam os comportamentos e ações cotidianas dos muçulmanos estão condensados em duas fontes principais: o Alcorão, que representa a revelação divina, e a *Sunna*, um conjunto de tradições, ditos (*hadith*) e comportamentos de Muhammad que explicitam de forma mais detalhada as orientações islâmicas e os fundamentos doutrinários, além de servir de guia auxiliar no processo de exegese do Alcorão (Omais; Santos, 2024b, 2024c).

A preocupação em manter a originalidade e autenticidade dos preceitos religiosos ao longo dos séculos, por meio de um processo metódico e rigoroso de preservação e autenticação de seus conteúdos e o respeito à sacralidade do Alcorão, juntamente com o cuidado dos muçulmanos em relação às interpretações religiosas, são marcas da fé islâmica (Hathout, 2014) No entanto, não se pode afirmar que houve esse mesmo cuidado e respeito por parte do Ocidente nas representações sobre o Islã. As inúmeras distorções e representações negativas disseminadas pela mídia, somadas aos erros presentes nas mais diversas fontes de conhecimento, ao longo dos anos deram origem a vários estigmas que, além de prejudicarem a compreensão do significado de conteúdos religiosos, acabam repercutindo psíquica e socialmente na vida desses indivíduos.

É importante ressaltar que conhecer o Islã não é o mesmo que conhecer os muçulmanos e que para que essa distinção fique ainda mais nítida é preciso fazer uma clara separação entre as condutas praticadas por alguns seguidores e os princípios efetivamente promovidos e difundidos pela tradição religiosa. Isso porque concepções errôneas sobre a doutrina não criam somente uma repulsa à religião propriamente dita, mas atingem todos os seus seguidores, contribuindo para a disseminação de preconceitos, discriminação e outros tipos de violências. Este estudo tem como objetivo elencar e examinar criticamente as principais distorções produzidas sobre a religião islâmica e os muçulmanos, contrapondo-as aos ensinamentos doutrinários originários do Alcorão e da Sunna, destacando também como tais preceitos contrastam com as condutas praticadas por alguns seguidores. Para tanto são utilizados os conceitos de estereótipo propostos por Lippmann (2008) e o conceito de estigma, elaborado por Goffman (1978), de modo a evidenciar as discrepâncias entre as representações cristalizadas e disseminadas sobre o Islã no Ocidente e os conteúdos originais da doutrina, em uma tentativa de desconstruir crenças e concepções distorcidas sobre seus dogmas e tradições.

Estigmas e estereótipos: conceitos e abordagens teóricas

O estereótipo é um fenômeno de generalização, uma opinião preconcebida nem sempre experienciada ou vivida pelo sujeito, mas simplesmente internalizada a partir de informações ou imagens externas, que gradualmente se transformam em um processo cognitivo automatizado. Em outras palavras, é um mecanismo econômico de absorção de informações transmitidas de forma recortada por um viés cultural ou ideológico, muitas vezes manipulado pela mídia ou por outras instituições (Lippman, 2008). Krüger (2004, p. 36) conceitua o estereótipo social como "crença coletivamente compartilhada" construída a partir de atributos ou características de indivíduos ou grupos e com base em um ou mais critérios, como a religião, por exemplo. Apesar de existirem estereótipos negativos ou positivos, quando tais condutas são influenciadas e associadas a sentimentos negativos em relação a um objeto, é (re)produzido o preconceito social.

A estereotipia direciona pensamentos, expectativas, ações e reações do sujeito em relação a outros indivíduos (Jairo; França, 2022). Dentre as ações e reações decorrentes dessas crenças incluem-se a propagação e reprodução de imagens, bem como respostas negativas direcionadas ao grupo estereotipado por atitudes ligadas ao preconceito, à discriminação e outros tipos de violência. A simplificação e generalização do estereótipo podem ser tão profundas que, além das distorções e incompletudes, também contribuem para o surgimento ou manutenção de ideologias (Campos *et al.*, 2021).

Crenças estereotipadas contribuem para a estigmatização, atingindo diretamente a identidade do indivíduo. Goffman (1978) argumenta que, quanto maior a discrepância entre a identidade social real, que representa os reais atributos do indivíduo, e a identidade social virtual, cujos atributos são imputados pelo meio, maior será o estigma. Essa construção se reforça à medida que as condutas de determinado sujeito ou grupo se distanciam de padrões sociais rígidos, que regulam os comportamentos e determinam que atributos diferentes dos validados pelo grupo dominante não serão aceitos. É por meio dessa lógica que estereótipos reforçam e contribuem para a manutenção e disseminação do estigma, provocando a diferenciação entre os grupos sociais. Esse fenômeno tem sido observado no caso dos muçulmanos, o que explica a construção de estereótipos sobre crenças, valores e estilo de vida desse grupo que reforçam os estigmas sobre a doutrina islâmica (Omais; Santos, 2024e).

No Brasil, a distinção entre religião e cultura ainda parece pouco nítida quando o assunto é o Islã, criando estranhamentos relacionados à religião ou a elementos culturais de determinados países islâmicos, ou a ambos. Tal cenário de desconhecimento torna-se ainda mais espantoso se considerarmos que a presença islâmica é parte da história do Brasil desde o final do século XVIII, com a introdução de africanos escravizados pela colonização portuguesa (Ribeiro, 2012). O desconhecimento das contribuições deixadas pelos muçulmanos escravizados na cultura brasileira, como suas crenças e costumes ofuscados pelo obscurantismo histórico e colonial, deu espaço ainda maior para a desinformação e cristalização de visões estereotipadas sobre esses grupos.

Um dos fatores que impulsionam a estigmatização do Islã e dos muçulmanos é o déficit de informações autênticas e os inúmeros estereótipos construídos por representações distorcidas e discursos tendenciosos que reforçam imagens negativas associadas a essa população. De acordo com Pereira (2002, p. 157):

> [...] os estereótipos são "artefatos humanos socialmente construídos, transmitidos de geração em geração, não apenas através de contatos diretos entre os diversos agentes sociais, mas também criados e reforçados pelos meios de comunicação, que são capazes de alterar as impressões sobre os grupos em vários sentidos.

A influência dos meios de comunicação na construção de imagens e discursos reforçam significativamente esse processo. O papel da linguagem, ao produzir falsas representações acerca de determinado assunto, e a comunicação tendenciosa ligada a contextos ideológicos, políticos ou religiosos, são fatores que contribuem para esse fenômeno (Pereira, 2002). Segundo Lippmann (2008), sob determinadas circunstâncias o jornalismo não deixa de ser uma espécie de propaganda alicerçada em vários interesses. Sobre a suposta objetividade da mídia, que alguns ainda acreditam existir, Jakubaszko (2015, p. 14) ressalta que "o trabalho de revelar essa fachada de objetividade que as estratégias discursivas específicas do campo da imprensa, e os efeitos retóricos – tanto os ligados à argumentação lógica quanto à afetiva – dão acabamento, é longo e árduo".

A distorção de informações e as representações negativas, que circulam amplamente nos meios de comunicação, alcançam toda a sociedade e servem de base para a construção e perpetuação de crenças sobre assuntos pouco conhecidos pelas pessoas, logo, as suposições, criadas sem a necessária apuração minuciosa da informação ou dos fatos, podem facilmente levar o indivíduo a cometer erros de julgamento. Por sua vez, a solidificação dessas imagens resulta em interpretações generalizadas e distorcidas, bem como inferências e juízos sobre o caráter e os comportamentos de certos grupos sociais (Jakubaszko, 2015). A disseminação reiterada de conteúdos deturpados na mídia, na literatura e em produções artísticas contribuíram para o reducionismo do Islã a representações que associam a religião ao terrorismo, à opressão e rigidez, retrocesso e ignorância, belicismo e extremismo, constituindo um terreno fértil para a cristalização de estereótipos.

Brincadeiras, piadas e normalizações de tais representações também contribuem para o processo de construção e manutenção dos estereótipos, como explica Jakubaszko (2015, p. 10): "Este é o momento em que percebemos como os estereótipos e preconceitos se naturalizaram em nossa cultura, quando os encaramos como 'normais', como 'nada demais', e apagamos sua relação com o jogo das diferenças socioculturais." A autora argumenta que a desconstrução do estereótipo perpassa o plano da linguagem, das reflexões, da confrontação, do conhecimento sobre práticas discursivas, dos debates e da maior abertura ao discurso do outro, sobretudo daqueles que são alvos dessas representações, permitindo um conhecimento mais aprofundado de conteúdos muitas vezes desconhecidos. Destaca-se o papel estratégico da educação, pois, "se o processo educativo não puder orientar o processo de percepção das representações sociais de forma a entender que o 'alienígena' não precisa ser visto como 'inimigo', estaremos fadados ao fracasso" (Jakubaszko, 2015, p. 15). Ao vislumbrar e conhecer outras perspectivas, há uma probabilidade maior de questionar e desestabilizar certas representações mentais que parecem imutáveis. A mente humana tem a capacidade de refletir sobre as próprias cognições, de modo a resistir a distorções e manipulações, porém, para tanto, é necessário que o indivíduo tenha acesso a informações qualificadas e diversificadas (Reggi, 2019).

A islamofobia e a arabofobia como produtos da estigmatização e da estereotipação dos árabes e muçulmanos

Segundo López (2010), o termo islamofobia existe há mais de um século e pode ser caraterizado tanto como intolerância religiosa quanto racismo cultural, pois nem sempre é possível distinguir quando o preconceito é dirigido ao sujeito em virtude de sua religião, de sua etnia, ou de ambos. É uma atitude hostil dirigida à religião islâmica e aos muçulmanos, que são tidos como inimigos ou ameaça à sociedade ocidental. Discriminação, preconceito, exclusão e violência são aspectos frequentemente presentes nas manifestações da islamofobia (Jaber, 2022), embora ela também se manifeste nos sentidos e significados atribuídos ao Islã e aos muçulmanos, seja no pensamento, na oralidade, na escrita ou nas relações sociais (Allen, 2013).

Uma das formas de estigma apontadas por Goffman (1978) diz respeito à raça, à nação e à religião, e, no caso dos muçulmanos, todas essas dimensões parecem estar presentes. López (2010) argumenta que um muçulmano pode ser identificado por sua crença, por sua ancestralidade ou por traços étnico-culturais, por isso, a islamofobia e a arabofobia (ou antiarabismo) muitas vezes estão interligadas, tendo em vista que a imagem estereotipada do povo árabe geralmente se mescla ao Islã. Além do papel da mídia, essa associação resulta também de um longo processo histórico e da própria ideologia colonial/imperialista (Omais; Santos, 2024a). O estereótipo do árabe e do muçulmano como elemento único, monolítico, associado ao retrocesso e à barbárie, são construções derivadas do orientalismo e das ideias supremacistas do Ocidente, que apagam o legado e as contribuições científico-culturais da civilização islâmica, as quais foram decisivas para o florescimento do Renascimento europeu e o progresso ocidental (Hamad, 2016).

A estigmatização do muçulmano não pode ser justificada como um simples "choque de civilizações", tendo em vista que não é um processo natural, e sim fruto de narrativas elaboradas e seletivas que exacerbam o imaginário das pessoas. Tal agravante é perceptível na forma como a informação é disseminada, no teor dos conteúdos jornalísticos, no tom e nas imagens selecionadas para a veiculação de notícias, na versão parcial dos fatos, na omissão de informações relevantes e no uso de uma linguagem tendenciosa carregada de termos negativos que são repetidos persistentemente quando a pauta é o Islã. Nota-se um reforço no uso de narrativas que marginalizam e inferiorizam esses grupos, criando uma percepção social de que as crenças, valores e práticas islâmicas são inadequados e atrasados. Enquanto termos pejorativos e temerosos, como terrorismo e massacre, são frequentemente associados ao Islã, outros episódios violentos praticados por países ocidentais não são caracterizados da mesma forma (Carland, 2023). Assim, a imagem dos muçulmanos como "vilões" e do Islã como religião opressiva, violenta e retrógrada, que se opõe à liberdade, à paz e à modernidade, passa a ser assimilada como verdade inquestionável, criando um efeito retórico de repulsa a essa população (Jaber, 2022; Said, 2011).

Há que se falar ainda na "indústria da islamofobia", um sistema sustentado por doações milionárias que abastecem as contas bancárias de profissionais de diversas áreas do continente europeu e da América do Norte. Sua publicização, a partir de pesquisas recentes, ganhou destaque ainda maior devido ao genocídio na Palestina, que teve início com os ataques de Israel à Faixa de Gaza em outubro de 2023, quando a manipulação de matérias midiáticas se tornou explícita (Omais; Sammour; Santos, 2025). Relatórios publicados nos Estados Unidos e Canadá mostram que tais representações negativas não são meramente episódicas ou ocasionais, apontando a existência de um sistema milionário que financia jornalistas, a produção de livros, a indústria cinematográfica,

cooptando também professores e acadêmicos de universidades renomadas e formadores de opinião para disseminarem informações deturpadas sobre o Islã (Cair, 2019; Lean, 2017; Zine, 2022).

Segundo Bauman (2017, p. 51), "o medo do outro se tornou um instrumento político, capaz de manipular opiniões e justificar a indiferença". Tal afirmação confirma um cenário de mercantilização da política, no qual líderes utilizam o medo provocado pelo contato com o "estranho" para angariar apoio popular, criando uma falsa sensação de proteção. A islamofobia se consolidou a partir de políticas que fomentam medos associados à perda de identidade cultural, insegurança econômica e ameaças à segurança nacional. O "estranho" – nesse caso, o muçulmano ou os imigrantes árabes – passam a ser simbolizados como males sociais contemporâneos. O eurocentrismo e a imposição hegemônica de seus valores culturais contribuem para a deslegitimização de outras tradições religiosas (Tamayo, 2019). A islamofobia não é apenas medo do Islã, segundo Tamayo (2019), mas um discurso sistemático de exclusão, preconceito e ódio, que se expressa tanto em políticas públicas quanto em atitudes cotidianas da população. O autor chama a atenção para a naturalização da islamofobia no Ocidente, onde o Islã adquire representações que o caracterizam como uma ameaça à civilização ocidental. Ele associa essa postura à colonialidade[3] do poder e do saber, que ainda permeia as relações entre o Ocidente e os países islâmicos, e ao sentimento de superioridade frente a outros povos herdado pela sociedade ocidental.

A despeito da forte influência exercida por forças externas para a cristalização e expansão desse cenário, o temor despertado pelos muçulmanos e a construção de estereótipos se consolidam, sobretudo, em virtude do (des)conhecimento e da disseminação de crenças distorcidas sobre algo ou alguém (Jaber, 2022). Estereótipos são construções cognitivas que só podem ser enfraquecidas ou substituídas à medida que novas informações sejam apreendidas pelo sujeito, instigando-o a se questionar e a refletir, de modo mais amplo, sobre supostas verdades que até então lhe pareciam absolutas e inalteráveis, como no caso das representações deturpadas do Islã.

Em face desse contexto, este estudo teórico-reflexivo tem como objetivo elencar e examinar criticamente as principais distorções, estereótipos e juízos depreciativos produzidos sobre a religião islâmica e os muçulmanos, contrapondo-os aos ensinamentos doutrinários originários do Alcorão e da Sunna, de modo a destacar como tais preceitos contrastam com as condutas praticadas por alguns seguidores da tradição religiosa.

Procedimentos Metodológicos

Autoetnografia como recurso metodológico

De acordo com Maia e Batista (2022, p. 240), a autoetnografia é fruto da evolução da ciência rumo a um paradigma decolonial, quando sujeitos, que até então eram tidos como meros objetos de estudo, passam a ocupar espaços acadêmicos, tornando-se produtores do conhecimento que questionam "as bases do discurso científico sobre neutralidade e distanciamento social entre pesquisador e universo de pesquisa". A inserção de minorias raciais, étnicas e religiosas no âmbito acadêmico, não mais na tradicional posição de sujeito investigado, mas de agente pesquisador, coloca-os frente a frente com temas de pesquisa que fazem parte do seu contexto de vida e permite

[3] O sociólogo Aníbal Quijano introduziu o conceito de colonialidade do poder para descrever como as estruturas de dominação colonial persistem nas sociedades contemporâneas, mesmo após o fim do colonialismo formal. Ele argumenta que a colonização não apenas impôs um controle político e econômico, mas também estabeleceu uma hierarquia racial e epistêmica que continua a influenciar as relações sociais e a produção de conhecimento, impondo uma perspectiva única e hegemônica, que marginaliza outras formas de saber

construir um conhecimento de "dentro para fora", e não mais de "fora para dentro", como preconiza a maioria das correntes metodológicas.

No caso dos muçulmanos, Jaber (2022) afirma que os preconceitos encontrados na sociedade se devem em parte aos conteúdos escritos pela elite acadêmica que, salvo algumas exceções, nem sempre dominam o assunto. Nesse caso, como bem pontuado por Miranda (2022, p. 75), "ao invés de o sujeito ser lido, descrito e interpretado aos olhos do outro, é ele próprio quem revela seu contexto com seus próprios olhos". Logo, se o distanciamento e a neutralidade consolidados como valores da ciência tradicional e colonial não resolveram os problemas enfrentados por esses grupos, talvez seja o momento de dar voz à subjetividade e substituir o distanciamento do sujeito por uma maior aproximação que reconheça seu lugar de fala. Assim, a identificação e compreensão de estereótipos na voz de alguém que ocupa, ao mesmo tempo, o lugar de fala do pesquisador e do sujeito estigmatizado, pode desafiar visões de mundo dominantes que colonizam a própria pesquisa e escrita acadêmica (Maia; Batista, 2022; Miranda, 2022; Raimondi *et al.*, 2020; Santos, 2017). Para isso, é fundamental que o locutor tenha autoridade suficiente para legitimar a narrativa, construindo uma autoetnografia que critique, questione e desestabilize conceitos e significados genéricos tomados como absolutos pela sociedade, utilizados como instrumentos culturais e políticos repressivos e de exclusão.

Desse modo, a identificação das representações mais frequentes sobre essa população por alguém que cresceu e viveu nesse contexto, como no caso da primeira autora deste estudo, pode fornecer dados genuínos e realistas, fundamentados em suas próprias vivências e expressos de forma direta, sem intermediários e intérpretes. Com base nessas premissas, propomos um estudo qualitativo autoetnográfico com o objetivo de evidenciar as discrepâncias entre as representações mais populares sobre o Islã e os conteúdos originais da doutrina, dialogando com interlocutores e referências bibliográficas especializadas acerca dos tópicos abordados. Para fundamentar o percurso investigativo, optamos por elencar os estereótipos mais popularizados sobre o Islã (Quadro 1), tendo como base as experiências vivenciadas pela primeira autora deste estudo, uma mulher muçulmana, descendente de libaneses, que cresceu e vive no Brasil ao longo de 45 anos. As expressões identificadas no Quadro 1 são atemporais, atravessando momentos e circunstâncias diversas, independentemente de contexto ou local específicos. Tais situações ocorrem tanto em ambientes virtuais como presenciais, no trabalho, em cursos e salas de aula, em viagens pelo Brasil, ou no espaço público, na rua, em meios de transporte, e em diversos contextos nos quais a autora interage socialmente. Embora as sensações e emoções vivenciadas a partir das experiências da autora sejam relevantes, o foco principal do estudo é destacar o nível de distorção dos estereótipos e os contrastes entre aquilo que as pessoas pensam sobre as crenças e práticas islâmicas e a realidade.

O uso da vestimenta islâmica feminina é um dos elementos que mais contribuem para que as pessoas identifiquem uma mulher muçulmana, pois se trata de um adereço visual que torna a autora facilmente percebida nos ambientes sociais. A visibilidade e a curiosidade acabam sendo o ponto de partida para que muitos iniciem uma conversa ou façam perguntas ao verem uma mulher vestida com trajes islâmicos, situações onde é possível detectar a imagem que habita o imaginário das pessoas e o nível de desinformação que estrutura as representações sobre o Islã. Os estereótipos listados no Quadro 1 são expressões verbalizadas para a autora de diferentes maneiras, seja na forma de perguntas diretas ou como afirmações cristalizadas que, para muitos, têm o valor de verdades absolutas. Há ainda as expressões de teor pejorativo que surgem na forma de ofensas e/ou violências verbais, externalizadas muitas vezes com agressividade e marcadas explicitamente pelo preconceito, ódio, sarcasmo e/ou deboche. Por fim, existem aqueles que simplesmente olham e

desviam o olhar, evitando se aproximar, ainda que demonstrem o desejo de perguntar ou conversar, mas que talvez por medo ou receio, acabam silenciando.

Muitos dos estereótipos elencados neste estudo podem ser encontrados também em espaços virtuais. Comentários públicos e/ou privados compartilhados em redes sociais por terceiros, tanto em perfis pessoais como de familiares e amigos da autora, que são muçulmanos, também denunciam essa realidade, com a diferença de que, no ambiente virtual, por ainda se tratar de uma "terra sem lei", são externalizadas não somente ideias e opiniões, mas também discursos de ódio.

No passo seguinte, buscamos oferecer os contrapontos aos estereótipos identificados, cotejando-os com os conteúdos extraídos dos versos do Alcorão e da *Sunna*, fontes textuais que contemplam os fundamentos doutrinários originários. Priorizamos as fontes religiosas primárias que sustentam as crenças e condutas dos muçulmanos, uma vez que a estigmatização que os envolve não se restringe a comportamentos e/ou influências culturais isoladas, mas inclui deturpações sobre a religião propriamente dita. Cabe lembrar, no entanto, que essa é apenas uma das possibilidades de questionarmos os estereótipos e estigmas que envolvem o Islã, uma vez que diversos outros elementos também contribuem para a estigmatização dessa população. Também é importante salientar que são várias as escolas de pensamento e seitas islâmicas, o que eventualmente pode gerar interpretações divergentes de um ou outro preceito religioso.

Finalmente, foram incluídas referências para a discussão de cada tema, com foco na apreciação das discrepâncias encontradas entre os discursos estereotipados sobre o Islã (e os muçulmanos) e as narrativas dos textos sagrados. A análise dos dados busca confrontar ideias pré-concebidas e apresentar novos olhares, perspectivas e interpretações sobre conteúdos desconhecidos ou mal compreendidos, de modo a desconstruir suposições deturpadas e ampliar o repertório de saberes sobre uma temática que constantemente ocupa espaço nos telejornais, noticiários, redes sociais e na mídia em geral, afetando negativamente a vida dos muçulmanos.

Resultados e Discussão

Os dados apresentados no Quadro 1 reúnem alguns dos principais estereótipos identificados a partir das vivências da primeira autora, contrapondo-os aos conteúdos presentes no Alcorão e na Sunna acerca de cada um dos assuntos listados.

Quadro 1 – Quadro comparativo dos estereótipos populares sobre o Islã e os muçulmanos, e os conteúdos textuais encontrados no Alcorão e na *Sunna*.

Estereótipos	Versão encontrada no Alcorão e/ou na Sunna
"O Islã é uma religião rígida"	Alcorão - Deus não impõe a nenhuma alma uma carga superior às suas forças. (2:286) E não vos impôs dificuldade alguma na religião, porque é o credo de vosso pai, Abraão. (22:78) [...] Deus vos deseja a comodidade e não a dificuldade [...] (2:185)
"Muçulmanos creem em um deus diferente, Allah"	Alcorão - Esta é a revelação do Livro indubitável, que emana do Senhor do Universo. (32:2) Dize: Ele é Allah (Deus) o Único! Allah (Deus)! O Absoluto! Jamais gerou ou foi gerado! E ninguém é comparável a Ele! (1-4:112)
"O Alcorão foi uma criação do profeta Muhammad"	Alcorão - Os incrédulos dizem: Este (Alcorão) não é mais do que uma calúnia que ele (Mohammad) forjou, ajudado por outros homens! Porém, com isso proferem uma iniquidade e uma falsidade. E afirmam: São fábulas dos primitivos que ele mandou escrever [...] Dize-lhes: Revelou-me Quem conhece o mistério dos céus e da terra [...] (25:5-6). Certamente (este Alcorão), é uma revelação do Senhor do Universo. Com ele desceu o Espírito Fiel, para o teu coração, para que sejas um dos admoestadores, em elucidativa língua árabe (26:192-195). Dize-lhes: Mesmo que os humanos e os gênios se tivessem reunido para produzirem coisa similar a este Alcorão, jamais teriam feito algo semelhante, ainda que se ajudassem mutuamente (17:88). [...] aqueles que não esperam o comparecimento perante Nós, dizem: Apresenta-nos outro Alcorão que não seja este, ou, por outra modificado! Dize: Não me incumbe modificá-lo por minha própria vontade; atenho-me somente ao que me tem sido revelado, porque temo o castigo do Dia Terrível, se desobedeço ao meu Senhor (10:15)

Quadro 1 – Quadro comparativo dos estereótipos populares sobre o Islã e os muçulmanos, e os conteúdos textuais encontrados no Alcorão e na *Sunna*.

Estereótipos	Versão encontrada no Alcorão e/ou na Sunna
"Os muçulmanos não acreditam em Jesus"	Alcorão - Ó adeptos do Livro, não exagereis em vossa religião e não digais de Deus senão a verdade. O Messias, Jesus, filho de Maria, foi tão-somente um mensageiro de Deus e Seu Verbo, com o qual Ele agraciou Maria por intermédio do Seu Espírito. Crede, pois, em Allah (Deus) e em Seus mensageiros e não digais: Trindade! Abstende-vos disso, que será melhor para vós; sabei que Deus é Uno. Glorificado seja! Longe está a hipótese de ter tido um filho. (4:171). [...] quando o mesmo Messias disse: Ó israelitas, adorai a Deus, Que é meu Senhor e vosso. (5:73)
"Divergências de crenças e rituais e condutas entre os muçulmanos"	Alcorão - Não és responsável por aqueles que dividem a sua religião e formam seitas, porque sua questão depende só de Allah, o Qual logo os inteirará de tudo quanto houverem feito. (6:159) Quando lhes é dito: Segui o que Allah revelou, dizem: Qual! Só seguimos as pegadas dos nossos pais! Segui-las-iam ainda que seus pais fossem destituídos de compreensão e orientação? (2:170) Ele foi Quem te revelou o Livro; nele há versículos fundamentais, que são a base do Livro, havendo outros alegóricos. Aqueles cujos corações abrigam a dúvida, seguem os alegóricos, a fim de causarem dissensões, interpretando-os capciosamente. Porém, ninguém, senão Deus, conhece a sua verdadeira interpretação. Os sábios dizem: Cremos nele [o Alcorão]; tudo emana do nosso Senhor. Mas ninguém o admite, salvo os sensatos. (3:7) Deus deseja absolver-vos; porém, os que seguem os desejos vãos anseiam vos desviar profundamente. (4:27) [...] Enviamos-lhes a Mensagem e assim mesmo a desdenharam. (23:71)
"O Islã é a religião dos árabes"	Alcorão - Bendito seja Aquele que revelou o Discernimento ao Seu servo – para que fosse um admoestador1 da humanidade (25:1) Inspiramos-te, assim como inspiramos Noé e os profetas que o sucederam; assim, também, inspiramos Abraão, Ismael, Isaac, Jacó e as tribos, Jesus, Jó, Jonas, Aarão, Salomão, e concedemos os Salmos a Davi. E enviamos alguns mensageiros, que te mencionamos, e outros, que não te mencionamos; e Deus falou a Moisés diretamente. Foram mensageiros alvissareiros e admoestadores, para que os humanos não tivessem argumento algum ante Deus, depois do envio deles, pois Deus é Poderoso, Prudentíssimo. (4:163-165) Em verdade, revelamos-te o Livro corroborante e preservador dos anteriores [...] (5:48) Sunna: "Toda a humanidade vem de Adão e Eva. Os árabes não possuem superioridade sobre os não árabes e os não árabes não possuem superioridade alguma sobre os árabes; os brancos não têm superioridade sobre os negros e os negros não têm superioridade sobre os brancos; [ninguém possui superioridade sobre nenhum outro] exceto na piedade e nas boas obras." (trecho do último sermão do profeta antes de sua morte)
"Jihad: O Islã como religião da guerra, do terrorismo, dos homens-bomba que sacrificam a própria vida em nome de Deus"	Alcorão - Ó fiéis, não consumais reciprocamente os vossos bens, por vaidades, realizai comércio de mútuo consentimento e não cometais suicídio, porque Deus é Misericordioso para convosco. (4:29) Ó fiéis, está-vos preceituado o talião para o homicídio: livre por livre, escravo por escravo, mulher por mulher. Mas, se o irmão do morto perdoar o assassino, devereis indenizá-lo espontânea e voluntariamente. Isso é uma mitigação e misericórdia de vosso Senhor. Mas quem vingar-se, depois disso, sofrerá um doloroso castigo. (2:178) [...] Quem matar uma pessoa, sem que esta tenha cometido homicídio ou semeado a corrupção na terra, será considerado como se tivesse assassinado toda a humanidade. (5:32)
"A expansão do Islã ocorreu pela força da 'espada' ou pela imposição"	Alcorão - Não há imposição quanto à religião, porque já se destacou a verdade do erro (2:256) Porém, se teu Senhor tivesse querido, aqueles que estão na terra teriam acreditado unanimemente. Poderias (ó Mohammad) compelir os humanos a que fossem fiéis? (10:99)
"Casamentos forçados versus casamento arranjado"	Alcorão: Ó Crentes, não vos é permitido herdardes as mulheres, contra a vontade delas, nem as atormentardes [...] (19:4) Sunna: Uma mulher previamente casada não deve se casar até que seu consentimento verbal seja solicitado, e uma virgem não deve ser casada até que sua permissão seja solicitada. (Al-Bukhari/Muslim)
"Homens muçulmanos casam-se com quatro esposas (poligamia)"	Alcorão - Se temerdes ser injustos no trato com os órfãos, podereis desposar duas, três ou quatro das que vos aprouver, entre as mulheres. Mas, se temerdes não poder ser equitativos para com elas, casai, então, com uma só, ou conformai-vos com o que tendes à mão. Isso é o mais adequado, para evitar que cometais injustiças. (4:3)
"O hijab é imposto pelo marido"	Alcorão - Dize às crentes que recatem os seus olhares, conservem os seus pudores e não mostrem os seus atrativos, além dos que (normalmente) aparecem; que cubram o colo com seus véus e não mostrem os seus atrativos [...] (21:24). Ó Profeta, dize a tuas esposas, tuas filhas e às mulheres dos fiéis que [quando saírem] se cubram com as suas mantas; isso é mais conveniente, para que distingam das demais e não sejam molestadas [...]. (33:59)
"As mulheres muçulmanas são oprimidas e não desfrutam de liberdade"	Alcorão - Entre os Seus sinais está o de haver-vos criado companheiras da vossa mesma espécie, para que com elas convivais; e colocou amor e piedade entre vós. (30:21) Ó Crentes, não vos é permitido herdardes as mulheres, contra a vontade delas, nem as atormentardes [...] (19:4) E harmonizai-vos entre elas, pois se as menosprezardes, podereis estar depreciando seres que Deus dotou de muitas virtudes. (4:19) Sunna - O Mensageiro de Allah ( ) disse: "Os crentes que mostram a fé mais perfeita são aqueles que têm o melhor comportamento, e os melhores de vocês são aqueles que são os melhores para suas esposas." (At-Tirmidhi) O Mensageiro de Allah (que a paz e as bênçãos de Allah estejam sobre ele) disse: "Sejas gentil com as mulheres" (Al Bukhari/Muslim). Ó Povo, é verdade que vocês têm certos direitos com as suas mulheres, mas elas também têm direitos sobre vocês [...] tratem bem as suas mulheres e sejam bons para elas, pois elas são suas parceiras e ajudantes comprometidas [...] (trecho do último sermão do profeta Muhammad antes de sua morte)

Nota: [1] O termo "admoestador" é frequentemente usado para descrever um profeta ou enviado que adverte as pessoas sobre os desvios do caminho correto, convocando-as ao arrependimento e à retidão.
Fonte: Alcorão Sagrado (2019). THE HADITH of the Prophet Muhammad [2011?].

Os dados apresentados no Quadro 1 foram analisados e comparados com a literatura acerca de cada temática, sendo discutidos separadamente nos tópicos a seguir.

Desvelando os estereótipos sobre o Islã e a religião islâmica

Na compilação dos principais estereótipos identifica-se nitidamente o contraste entre o que comumente se propaga sobre o Islã e o que realmente está presente nos seus ensinamentos originários. Nos países ocidentais, a ideia prevalecente sobre o Islã e os muçulmanos evidentemente é bem diferente do *ethos* existente nos países islâmicos. Um dos estereótipos clássicos sobre o Islã é a imagem de uma religião rígida e inflexível, no entanto, apesar de ser mais conhecido pelas restrições doutrinárias e adoção de um estilo de vida austero e aparentemente inflexível e rigoroso, estima-se que apenas 3% do Alcorão versa sobre regras e proibições (Three per cent of the Quran are rules, 2021). Os estereótipos socialmente construídos sobre a religião islâmica já começam por essa visão distorcida e moralizante, tendo em vista que é sobre esses 10% que se constrói a maior parte das imagens negativas a respeito do Islã, sendo pouco provável que os outros 90% dos conteúdos alcorânicos sejam plenamente conhecidos pelo público em geral ou divulgados pela mídia. Além disso, os conteúdos alcorânicos incluem várias exceções, com o cuidado de não impor algo que esteja acima das capacidades do indivíduo.

A representação de rigidez disseminada ao longo do tempo sobre o Islã utiliza como único e exclusivo ponto de referência o conceito ocidental de liberdade, no entanto, não se pode medir e padronizar todas as religiões e culturas a partir de um único olhar, sobretudo com viés eurocêntrico. O conceito de liberdade no Islã div*erge* bastante do que se adota no Ocidente, sendo a presença de limites claros uma de suas marcas distintivas. O termo "Islã" significa "entrega" (Nygard, 1996), um comportamento voluntário onde é o próprio indivíduo quem decide aceitar os preceitos religiosos e abdicar de certas condutas, ou seja, é o sujeito que se adapta à religião e não a religião que se adapta às vontades do sujeito (El Kaisy-Friemuth, 2019). É preciso atentar para as intenções que subjazem às repetidas narrativas ocidentais e a aplicação de padrões hegemônicos de liberdade sobre os preceitos religiosos e o modo de vida de outros povos e culturas

Allah significa Deus

Existe um desconhecimento generalizado do sentido de alguns termos islâmicos axiais, que confundem os leigos no assunto. A palavra *Allah*, por exemplo, que nada mais é do que a tradução em árabe da palavra Deus, no sentido mais genérico do termo, até os dias de hoje é entendida por alguns como o "deus dos muçulmanos", uma outra divindade a quem os adeptos do *Islam* adorariam, diferentemente de outras religiões monoteístas. No entanto, o termo *Allah* não é exclusivo da religião islâmica, sendo também utilizado por judeus e cristãos árabes, sendo um termo facilmente identificável nas versões bíblicas em árabe e nos cultos realizados em igrejas no Oriente Médio, uma vez que é a tradução da palavra Deus para um outro idioma. É notável, também, o uso irônico ou debochado da palavra *Allah* em certas ocasiões presenciadas no cotidiano da autora, sobretudo com o termo *InshAllah* (se Deus quiser), popularizado há alguns anos em virtude de sua disseminação pela novela O Clone, da Rede Globo de Televisão.

As versões traduzidas do Alcorão preservam o termo *Allah* na língua árabe para se manterem fiéis ao idioma original e também por duas peculiaridades linguísticas. A primeira é que o termo *Allah*

não se refere a nenhum gênero, uma vez que essa é uma classificação utilizada para os humanos e a denominação referente a Deus é algo muito mais abrangente. A segunda peculiaridade é que o termo não admite flexão para o plural na língua árabe, sendo utilizado somente no singular, uma vez que se refere a um Ser unitário (Hayek, 2019). Para uma religião cujo preceito básico é a adesão ao monoteísmo puro e a crença em um Deus único e universal, qualquer explicação que desvie dessa concepção é considerada profanação aos princípios sagrados do Islã. Ressalta-se ainda que a palavra *Allah* é usada em países árabes por cristãos, judeus e adeptos de outras religiões para se referir a Deus no idioma árabe, não sendo assim um termo exclusivo do Islã. Pesquisadores como Souza (2006) e Salgado Neto (2010) alertam que essa grave incorreção deriva da forma como *Allah* é retratado nos livros didáticos: como "um deus exclusivo da fé muçulmana, totalmente afastado de suas origens judaico-cristãs" (Salgado Neto, 2010, p. 72). Essa obscuridade foi disseminada ao longo dos anos nos mais diversos meios, provocando erros, distorções e desconhecimentos básicos, como argumenta Armstrong (2002, p. 37):

> Essa é uma visão que muitos ocidentais têm tido dificuldade em aceitar: alguns ainda ficam verdadeiramente surpresos ao ouvir que os muçulmanos adoram o mesmo Deus que os judeus e os cristãos: eles imaginam que 'Alá' seja uma divindade completamente diferente, como o Júpiter do Panteão romano. Outros pensam que os 'maometanos' veneram seu Profeta do mesmo modo que os cristãos a Cristo.

Indaga-se então: por que a ótica eurocêntrica, que serve de base para diversas obras e livros didáticos no Brasil, dissemina a informação de que o Deus dos muçulmanos é uma divindade diferente das outras religiões monoteístas? Percebe-se uma nítida, e até certo ponto proposital "separação" e marginalização do Islã na comparação com as religiões judaico-cristãs, alimentadas por interpretações que distorcem aquele que é o principal pilar da crença islâmica: o caráter único e universal de Deus, e a sua desvinculação em relação a qualquer outra forma de divindade, imagens ou símbolos. Tal separação se evidencia no próprio termo religiões "judaico-cristãs", uma expressão excludente utilizada de forma maciça e recorrente, e que até hoje exclui explicitamente o Islã do grupo das religiões que compartilham a mesma raiz monoteísta e abraâmica: as chamadas religiões "irmãs" e antecessoras.

Muhammad e o Alcorão

Outro equívoco bastante comum é a designação conferida aos muçulmanos de "maometanos", dando a entender que os seguidores do Islã adoram "Maomé", ou que o Islã é uma religião criada pelo profeta Muhammad ao invés de Deus. Em diversas situações do seu cotidiano, sobretudo em redes sociais, a autora se deparou com acusações desrespeitosas à sua crença em Muhammad, como, por exemplo, alegações de que ele seria um falso profeta. Essas interpretações equivocadas descaracterizam totalmente e tentam deslegitimar o Islã como uma religião de origem divina. Sobre essa questão, Bucaille (2012, p. 13) destaca que "a utilização das denominações de 'religião maometana' e de 'maometanos' foi conservada – e até nossos dias – para manter, nos espíritos, a convicção errônea de que se tratavam de crenças divulgadas por obra de um homem". Infelizmente, tais erros ainda se fazem presentes e continuam sendo perpetuados. Segundo Sonn (2011, p. 242), "desde o início de sua história, o Islã vem sendo caracterizado como uma religião falsa, transmitida por um falso profeta". Não se pode afirmar que essa conduta seja resultado simplesmente da ignorância secular que paira sobre o assunto no mundo ocidental. Com

base na perseguição histórica da fé muçulmana, é mais plausível supor que isso seja um efeito do ofuscamento sistemático e até proposital da doutrina original.

As deturpações sobre o Islã alcançaram até mesmo o campo linguístico da língua portuguesa, que disseminou e popularizou a tradução do nome do profeta Muhammad do idioma árabe para o português como Maomé, termo que não é aceito pelos muçulmanos, pois nomes próprios não deveriam ser traduzidos. Além disso, a raiz etimológica da palavra Maomé na língua portuguesa deriva da forma mafoma, cujo significado pode ser traduzido como "escultura humana tosca" ou "cara feia de homem ou mulher" (Silva; Maranhão, 2012). Termos pejorativos como esses são resquícios históricos de um ambiente de intolerância religiosa cultivada através de tempos imemoriais e que sobrevivem incólumes até hoje. Outra ideia também erroneamente disseminada na literatura, inclusive reproduzida em livros didáticos escolares, é a hipótese de Muhammad ter sido o criador do Alcorão. A autora com frequência se depara com perguntas do tipo: "o Alcorão foi escrito por Maomé?" Ou, então: "os muçulmanos adoram a Maomé?", algo que, para os adeptos do Islã, é considerado uma profanação, pois o monoteísmo na doutrina islâmica é absoluto e direcionado a Deus somente. Muitas deturpações e crenças populares foram criadas no sentido de deslegitimar a sua missão, sua pessoa e também o Alcorão como revelação divina, como revela Armstrong (2002, p. 34):

> Dizia-se também que Maomé treinara uma pomba para bicar ervilhas em suas orelhas de modo a parecer que o Espírito Santo sussurrava-lhe ao ouvido. Suas experiências místicas eram explicadas pela afirmação de que era epiléptico, o que, naqueles tempos, era equivalente a dizer que era possuído por demônios. Sua vida sexual era cuidadosamente escrutinada: acreditavam-no capaz de todas as perversões conhecidas pelo homem e dizia-se que atraíra fiéis para sua religião ao encorajá-los a sucumbir a seus instintos mais primários.

Outros alegam que o Alcorão foi escrito por uma inspiração pessoal, ou que Muhammad deve ter feito uma imitação *mal feita* da Bíblia, com a absorção de conhecimentos por meio do contato com cristãos e judeus da época. Diversos argumentos refutam essas hipóteses extravagantes, como o fato de ele ter sido um homem analfabeto. Ademais, nem todos os versículos alcorânicos são convergentes com as narrativas bíblicas ou judaicas, mostrando detalhes de povos anteriores que não têm registros nessas escrituras, além de haver diversas divergências com as versões cristãs ou judaicas. Segundo Khan (2014), não existiam versões do Velho ou do Novo Testamento disponíveis no idioma árabe enquanto Muhammad era vivo.

As informações mais difundidas sobre os muçulmanos no Ocidente tiveram e continuam tendo um viés predominantemente negativo, e isso não se restringe à mídia, porquanto é fruto de um processo histórico cujas raízes datam dos tempos bíblicos (Beckett, 2008; Sherwood, 2014). A deslegitimação de Muhammad como mensageiro divino não se restringiu somente à sua pessoa, mas também atinge sua ancestralidade advinda de Ismael, filho primogênito de Abraão. A reconstituição da história de Ismael – que dá início, com sua linhagem, à nação árabe e islâmica, lança luz aos contextos de produção de inúmeras distorções, deturpações e apagamentos que incidem sobre árabes e muçulmanos, bem como às raízes das representações islamofóbicas e arabofóbicas sobre esses grupos, que atravessam diversos momentos da história até os dias atuais (Omais; Santos, 2024a). Os registros bíblicos que mencionam Isaque como filho único de Abraão também reforçam a tentativa de exclusão e apagamento de Ismael, de sua descendência e de seu povo (Crotty, 2012).

A violência, uma das marcas que caracterizam os relatos bíblicos sobre Ismael, reduzindo-o a expressões pejorativas, como "jumento" ou "besta selvagem", fortaleceu um longo processo de

estereotipação e representações islamofóbicas. A construção e disseminação de termos pejorativos sobre árabes e muçulmanos como hagarenos, selvagens, violentos, anticristãos, idólatras, pagãos e infiéis, são apenas alguns exemplos de desqualificações que constituem um projeto sociopolítico de longa data, permeado pelo ódio e pela rejeição aos muçulmanos (Shaheen, 2003). Além do retrato bíblico, projetos políticos de apartheid dos muçulmanos em diversos momentos da história ocidental, apoiados nas ideias propagadas sobre a ilegitimidade do Islã e de seu profeta (Sonn, 2011), fomentaram disputas religiosas, étnicas, geopolíticas e de ordem territorial e econômica. Tais sentimentos, reiterados e metodicamente sedimentados no curso da história, solidificaram o preconceito, criando um terreno fértil, validado inclusive pela religião, para a propagação do racismo étnico e religioso, contribuindo para a normalização de violências e práticas islamofóbicas (Beckett, 2008; Rajabzadeh, 2019).

Qual a chance de desconstruir estereótipos produzidos sobre um grupo de indivíduos que já é rotulado desde os seus ancestrais, quando tais distorções são validadas pela própria religião? Com o aval ou omissão deliberada da religião não se ampliam as chances de elas serem perpetuadas e reproduzidas ao longo de gerações? Em contrapartida, no Islã é expressamente proibido estabelecer qualquer tipo de diferenciação, uma vez que as três religiões (judaísmo, catolicismo e Islã) compartilham das mesmas raízes genealógicas abraâmicas, não havendo distinção entre a linhagem profética, seja de Ismael ou de Isaque, nem justificativa que valide tais práticas discriminatórias, independentemente da raça, etnia ou ancestralidade (Alcorão 4:163-165). Por conseguinte, e também por uma questão lógica, deveria haver uma nomenclatura mais inclusiva e integrada entre elas, no entanto, essa parece ser uma hipótese remota, que gera inclusive rejeição e estranhamento, resultantes de um longo processo histórico de disputas, hostilidades e segregações que parecem estar longe de serem superadas (Sherwood, 2014).

Sobre a autoria do Alcorão, que alguns insistem em atribuir a Muhammad, esta também é uma alegação infundada. A complexidade dos conteúdos do Alcorão, bem como seu estilo poético e gramatical sofisticado exigiriam, no mínimo, que seu autor fosse um erudito, um cientista de múltiplas áreas e dotado de inúmeros talentos, e também um poeta, alguém aquinhoado com altas habilidades linguísticas, o que é pouco provável para um homem simples e iletrado como Muhammad. Por essas e outras razões, Bucaille (2012, p. 127) questiona:

> Como um homem, antes iletrado, teria podido vir a ser, depois, sob o ponto de vista do valor literário, o primeiro autor de toda a literatura árabe, e enunciar verdades de ordem científica que nenhum outro ser humano podia elaborar naquele tempo, e isto sem fazer a menor afirmação errada a esse respeito?

O autor pontua ainda que "para compreender esses versículos alcorânicos, só conhecimentos linguísticos aprofundados não são suficientes. É preciso possuir, além disso, conhecimentos científicos bem diversos. Um estudo como este é pluridisciplinar, enciclopédico" (Bucaille, 2012, p. 124). A hipótese de que alguém nessas condições teria escrito para ele também é refutada, uma vez que alguns conteúdos do Alcorão narravam fatos e acontecimentos que só puderam ser identificados e compreendidos anos, e até séculos após a morte de Muhammad, por meio de descobertas científicas, logo, seria inconcebível que Muhammad ou seus contemporâneos fossem detentores de tais conhecimentos prévios para incluí-los na escritura sagrada.

O Islã e a crença em Jesus

A crença em Jesus, apesar de ser requisito essencial para o muçulmano e um dos pilares da fé islâmica, ainda é ignorada por muitos. É raro encontrar livros ou recursos didáticos no país que mencionam a crença dos muçulmanos em Jesus de forma aprofundada. Como muçulmana nascida e educada no Brasil, a autora constata uma notável ausência dessas informações na área de educação, inclusive em aulas de ensino de religião, uma vez que grande parte de sua trajetória educacional se deu em colégio e universidade católica. Tal realidade é facilmente perceptível diante do olhar de espanto observado em muitas pessoas quando a autora responde afirmativamente à tradicional pergunta: "os muçulmanos creem em Jesus?" Dentre as razões desse desconhecimento figuram um provável ocultamento ou deturpação proposital, no intuito de evitar o fluxo de novas conversões, ou ainda, por obra do desconhecimento e até mesmo por confusão com outras crenças que não aceitam Jesus como Messias. Isso porque, no imaginário de muitas pessoas, persiste a ideia de uma certa rivalidade entre as religiões e de não reconhecimento umas das outras, como ocorre, por exemplo, no judaísmo, que não reconhece Jesus como Messias, e também no cristianismo, que não reconhece Muhammad como mensageiro divino. A respeito do apagamento sistemático do conhecimento sobre o Islã no Ocidente, Bucaille (2012, p. 13) afirma que:

> É forçoso constatar que esses últimos dados concernentes ao Islã são geralmente ignorados nos países ocidentais. Como se admirar disso, quando se evoca a maneira como tantas gerações foram instruídas dos problemas religiosos da humanidade, e em que ignorância elas foram mantidas em relação a tudo o que concerne ao Islã.

Dentre as religiões abraâmicas, o Islã é a única que aceita todas as revelações monoteístas anteriores e toda a linha profética anterior a Muhammad, enquanto que religiões de influência judaico-cristãs se recusam a aceitar a profecia islâmica e sua escritura sagrada como revelação divina (Bucaille, 2012). Apesar disso, a partir da década de 1970, parece ter se iniciado um movimento de aproximação entre cristãos e muçulmanos, em consequência do Concílio Vaticano II, como explica Bucaille (2012, p. 13):

> Depois de haver convidado a afastar "a imagem antiquada herdada do passado ou desfigurada pelos preconceitos e pelas calúnias" que os cristãos faziam do Islam, o documento do Vaticano se propõe a reconhecer as injustiças do passado onde o Ocidente de educação cristã sentiu-se culpado em relação aos muçulmanos. Ele critica as concepções errôneas que foram as dos cristãos sobre o fatalismo muçulmano, a jurisprudência Islâmica, seu fanatismo, etc.

Jesus é considerado um dos grandes profetas na perspectiva islâmica. Diversas passagens de sua vida são retratadas nos versículos alcorânicos de forma honrosa, englobando a crença em todos os seus ancestrais, em seus milagres e em seu retorno para derrotar o anticristo. A própria doutrina estabelece, como requisito obrigatório, a crença em todos os mensageiros e nas escrituras sagradas anteriores ao Alcorão, como requisitos fundamentais da fé islâmica. O Alcorão inclui inúmeras passagens sobre a vida de Jesus, desde seu nascimento milagroso até o desfecho de sua missão profética, como afirma Bucaille (2012, p. 12):

> Vinda seis séculos depois de Jesus, a Revelação Alcorânica retoma numerosos dados da Bíblia hebraica e dos Evangelhos, pois ela cita frequentemente a Tora e o Evangelho. O Alcorão prescreve a todo muçulmano crer na Escritura anterior à sua (Capítulo 4, Versículo 136). Ele acentua a parte preponderante ocupada, na história da Revelação, pelos Enviados de Deus como Noé, Abraão, Moisés, os profetas e Jesus, que é colocado entre eles numa posição

> particular. Seu nascimento é apresentado pelo Alcorão, tanto quanto pelos Evangelhos, como um fato sobrenatural. O livro concede à Maria uma menção toda especial.

A crença em todos os mensageiros divinos é considerada um dos pilares fundamentais da fé islâmica e qualquer muçulmano que duvide da existência deles e de sua legitimidade, inclusive de Jesus, fragiliza sua crença. Uma das provas do respeito conferido à figura de Jesus no texto sagrado é o fato de seu nome ser mencionado mais vezes no Alcorão do que o próprio profeta Muhammad. Jesus é citado 25 vezes no Alcorão, por meio de expressões como Messias ou Jesus, filho de Maria. A mãe de Jesus, Maria, é a única mulher mencionada no livro Sagrado dos muçulmanos, tendo uma surata inteiramente dedicada a ela, na qual é narrado o nascimento de Jesus e sua trajetória em vida (Paul, 2022).

O Islã como uma religião do povo árabe

Uma das maiores e mais persistentes confusões disseminadas sobre os muçulmanos é a crença de que o Islã é uma religião do povo árabe. Essa convicção remonta às origens do Islã, tanto em função da ancestralidade do profeta Muhammad que descende de árabes, como devido ao cenário cultural no qual a religião foi revelada, a região geográfica, a etnia dos primeiros adeptos que foram os próprios povos árabes residentes naquele território e também em função do livro sagrado, o Alcorão, que foi revelado originalmente no idioma árabe. No entanto, esse é apenas o contexto histórico que marcou os primórdios do Islã e que há muitos séculos deixou de ser a identidade única dos muçulmanos. Além disso, apesar de a nação árabe parecer homogênea em virtude de elementos compartilhados, como o idioma, a área geográfica, a religião e até alguns traços físicos, existem diferenças culturais significativas entre os países da região. Sendo assim, igualar todos esses povos do ponto de vista sociocultural seria o mesmo que nivelar todos os povos latinos da América do Sul, por exemplo, como se formassem um bloco único, com hábitos e costumes idênticos.

A expansão do Islã abrangeu todos os continentes e recebeu a adesão de pessoas das mais diversas raças, etnias e nacionalidades (Omais; Santos, 2024c), o que fez com que os países árabes inclusive perdessem a liderança no *ranking* de adeptos, uma vez que, atualmente, as regiões geográficas com maior número de muçulmanos são a Indonésia e a Índia (Muslim population by country, 2023). A verdade é que ambas as identidades árabe e muçulmana continuam sendo estigmatizadas no Ocidente, além de percebidas de forma indissociada. Para uma muçulmana, essa confusão torna-se perceptível em diversos contextos sociais. A vestimenta islâmica, por exemplo, remete tanto ao Islã como ao povo árabe. Relatos compartilhados na comunidade muçulmana, por mulheres que fazem parte do círculo de convivência da autora, mostram que mesmo as brasileiras convertidas ao Islã são confundidas nas ruas com árabes em razão de sua vestimenta. Uma das perguntas mais ouvidas por elas é: "você veio de lá?" ou "você é da Arábia?". Além dessas generalizações, frequentemente são alvos de afirmações com teor xenofóbico e tom imperativo, tais como: "volta para o seu país", ancoradas na premissa de que o Brasil não é um país para os muçulmanos, ou de que eles não pertencem a esse território, reforçando uma concepção preconceituosa que os coloca como "invasores" ou "estranhos" nesta terra. Isso reforça a sensação que muitos muçulmanos sentem de serem estranhos em sua própria terra. Essa é mais uma ideia incoerente, uma vez que, se descendentes de árabes ou muçulmanos não pertencem à nação brasileira em razão de sua ascendência estrangeira, logo, muitos brasileiros também não o seriam, uma vez que a maior parte da população nacional descende de imigrantes, seja ela de

origem asiática, africana ou europeia. Percebe-se nitidamente que o preconceito não é dirigido ao estrangeiro, e sim a um grupo seleto de países e etnias.

A falsa ideia de que o Islã é uma religião revelada exclusivamente para o povo árabe é resultado de desinformação, bem como de um processo de racialização que foi construído ao longo de séculos no intuito de segregar e gerar uma distância que poderia diferenciar os povos e as religiões que eles professavam. A imagem do árabe como o "outro", ou seja, um povo estrangeiro, oriundo de um território longínquo que não faz parte da cultura hegemônica, nada mais é do que um resquício desse processo de racialização e isolamento, que fez com que a tradição religiosa seguida por esses povos fosse propagada como um bem cultural restrito exclusivamente a essa cultura, em vez de ser para todos que quisessem abraçá-la (Bartkoski *et al.*, 2018). Disseminar informações fidedignas a respeito da diversidade étnica dos muçulmanos é um dos caminhos para tornar mais claras as distinções entre raça e religião (Elbih, 2015). O Alcorão é muito explícito sobre a universalidade do Islã, do mesmo modo que a *Sunna* do profeta também o é, quando ele enfatiza, em um dos seus últimos discursos, que "um árabe não é melhor do que um não árabe" (Quadro 1), uma expressão contundente e direta cujo intuito é justamente coibir a disputa entre as raças, de modo que aqueles que foram os primeiros a receber a revelação não se coloquem em posição de superioridade em relação aos novos adeptos.

As divergências entre grupos islâmicos e as diferenças ideológicas, de costumes e comportamentos entre os muçulmanos

Divergências entre os seres e grupos humanos sempre marcaram a história da humanidade e, provavelmente, tendem a persistir por muito tempo. A divisão de correntes doutrinárias no Islã não é muito diferente do que ocorre em outras religiões monoteístas, que também se fragmentaram em diversas vertentes, correntes e interpretações da mesma tradição religiosa. São inúmeros os fatores que contribuem para a diversidade de condutas e dissensões entre os adeptos do Islã. As escolas de pensamento divergem em suas interpretações quanto à herança cultural dos diferentes grupos étnicos e à sobreposição de costumes familiares sobre preceitos religiosos perpetuados ao longo de gerações, isso explica por que se observam comportamentos contrastantes entre adeptos da mesma religião.

Em relação aos conflitos intra-religiosos, sabemos que alguns são resultado de dissensões religiosas históricas, ao passo que outros são produtos do colonialismo europeu. Existem também contendas territoriais e/ou materiais, divergências políticas e doutrinárias além de rivalidades culturais antigas. A diversidade de interpretações religiosas também foi decisiva para esse processo, contribuindo para o surgimento de grupos radicais/extremistas, que reificaram interpretações fundamentalistas dos preceitos religiosos. Há também diferenças por parte de grupos moderados ou liberais, porém não se pode atribuir e generalizar tais características a todos os adeptos. Destaca-se ainda a diversidade cultural, uma vez que o mundo islâmico não é um bloco homogêneo e, por essa razão, o choque cultural acaba sendo também um elemento significativo na definição de cenários conflagrados (De Juan, 2015; Manan; Taran, 2020).

Jihad e a associação do Islã ao terrorismo

A *jihad* é um termo que ganhou muita popularidade na mídia contemporaneamente. No entanto, a compreensão dos diversos sentidos dessa palavra revela uma série de distorções criadas em torno de seu significado. A utilização da crença religiosa como forma de identificação de indivíduos que perpetuam crimes contra a humanidade é uma prática que foi solidificada pela mídia ocidental de modo indiscriminado ao longo dos anos, convertendo o terrorismo no principal estereótipo associado ao Islã no Ocidente. São discursos que interpretam de forma literal e superficial versículos alcorânicos, especialmente os relacionados à *jihad*, para fortalecerem o argumento de que o Islã é uma religião violenta, no entanto, são alegações desprovidas de contextualização histórica, social, política ou de interpretações exegéticas sobre a doutrina. Surge, então, uma questão um tanto quanto contraditória: quais são os rótulos e representações negativas que se pretende transmitir com o uso repetido desse termo? O processo midiático generaliza concepções sobre o terrorismo para o Islã como um todo, atribuindo à palavra *jihad* a tradução exclusiva e absoluta de "guerra santa", termo que surgiu durante a Idade Média, quando o próprio Ocidente dizimou e expulsou os muçulmanos do continente europeu em nome da religião cristã (Karipek, 2020). Logo, soa contraditório o fato de o Ocidente apagar essa memória histórica e atribuir uma expressão violenta àqueles que foram as maiores vítimas das guerras santas (Cruzadas) criadas no passado para supostamente defender interesses de países ocidentais (Karipek, 2020; Sonn, 2011).

A partir de um olhar crítico e reflexivo, é fundamental desconstruir os estereótipos e as representações distorcidas em torno da *jihad* que circulam no Ocidente. Segundo Nasr (1990, p. 269), "a tradução como 'guerra santa', combinada com a noção errônea, prevalecente no Ocidente, do Islam como 'religião da espada', ajuda a eclipsar seu significado interior e espiritual e a distorcer sua conotação". A propósito, para abarcar a complexidade subjacente à polifonia de significados da *jihad*, Elass (2002) propõe a ideia das quatro formas de *jihad*, que consistem em: *Jihad* do coração (espiritual): refere-se ao esforço interno para manter a fé, combater desejos egoístas e desenvolver virtudes; *Jihad* da língua: corresponde ao compromisso de promover a verdade e a justiça por meio da fala e do ensino; *Jihad* da mão (ou ação): esforço para agir no sentido de corrigir injustiças e promover o bem comum na sociedade; Jihad da espada: defesa armada do Islã, permitida em contextos específicos e sob critérios éticos rigorosos.

A palavra jihad está presente em diferentes versículos, os quais foram revelados em contextos e momentos temporais diferentes da profecia (Hasanzadeh; Renani, 2021). A interpretação do Alcorão é um processo complexo, que envolve não apenas a tradução literal de suas palavras, mas de diversos outros critérios cuidadosamente estabelecidos por teólogos e juristas islâmicos para sua consideração, por isso, apesar de o conceito ser debatido ao longo de séculos por teólogos islâmicos, parece não haver até hoje um consenso universal sobre a forma mais exata de traduzi-lo em virtude de sua polissemia (Karipek, 2020). Para os juristas islâmicos antigos, a palavra *jihad* pode ter dois sentidos, um interno e um externo. A *jihad* no sentido interno, que é a mais próxima da raiz etimológica da palavra, representa um esforço realizado pelo próprio indivíduo em busca da sua evolução moral e espiritual como ser humano. Essa é considerada pelos teólogos a forma por excelência de *jihad*, simbolizando a luta interior do indivíduo contra o mal, contra o ego e seus desejos egoístas, em busca de sua evolução, de sua conexão espiritual com Deus e do bem-estar social. A *jihad* no sentido externo, também chamada de *jihad* menor, deriva da palavra qital e representa a luta física no sentido de combater a corrupção, a injustiça e outras situações de

iniquidade que ameaçam a vida, a integridade, a propriedade ou a liberdade de manifestar a fé e a religiosidade, sendo a autodefesa o último recurso a ser utilizado com o intuito de proteger os membros da comunidade (Esposito, 2002; Hasanzadeh; Renani, 2021; Karipek, 2020).

No entanto, até nesses casos são estabelecidos limites de razoabilidade e proporcionalidade. O próprio Alcorão orienta os muçulmanos para que não se excedam quando a luta for necessária, ao pregar: "combatei, pela causa de Allah, aqueles que vos combatem; porém, não pratiqueis agressão, porque Allah não estima os agressores" (Alcorão, 1:192), ou ainda, "se eles se inclinam à paz, inclina-te tu também a ela" (Alcorão, 8:61). Hasanzadeh e Renani (2021) defendem uma interpretação pacífica da *jihad* nesse sentido, destacando que a guerra só é legitimada no Islã quando seu propósito é repelir uma agressão à soberania dos povos ou para remover obstáculos que impeçam a convivência pacífica e o exercício da liberdade religiosa. No entanto, na visão particularizada de grupos extremistas minoritários, essa interpretação nem sempre se restringe à autodefesa. Muitos se posicionam de forma mais ofensiva, pregando a resistência ao colonialismo europeu ou se insurgindo contra a tirania de alguns governos islâmicos em defesa do espírito de reforma e revoluções ideológicas, ou ainda em defesa de interesses de grupos específicos que disputam hegemonia no cenário geopolítico (Esposito, 2002; Pace, 2020).

Enquanto os movimentos islâmicos são associados ao terror e ao radicalismo fundamentalista, as violências praticadas por países do Ocidente, ainda que sejam tão ou mais brutais, acabam sendo suavizadas. Um exemplo claro dessa situação foi a invasão dos Estados Unidos e aliados europeus ao Iraque, quando escolas, creches, hospitais e museus foram arruinados, em um cenário de fome e miséria que deixou milhões de órfãos e refugiados de guerra que sobreviveram ao massacre e assassinato de mais de um milhão de pessoas, incluindo acadêmicos e intelectuais (Hamad, 2016). A ideologia imperialista e expansionista não só mascara suas brutalidades como constrói "inimigos" para justificar suas próprias violências, renovando de tempos em tempos o país-alvo, seja no Oriente Médio ou em outras regiões geográficas, em um processo de aniquilamento cíclico e recorrente. É paradoxal perceber que países ocidentais, com extenso histórico beligerante de promoção de guerras e conflitos armados, são os que mais se utilizaram de pretextos para destruir outras nações e culturas, sendo também aqueles que insistentemente atribuem a imagem de violência ao Islã, utilizando a *jihad* como escudo retórico para sustentarem seus argumentos intransigentes. É no mínimo incongruente que países como os Estados Unidos ou os países europeus tenham a permissão de invadir territórios e subjugar nações inteiras em nome de uma suposta "paz", sem sequer ser censurados, carregando, em vez disso, uma suave representação midiática de "pacificadores", enquanto que outras nações, quando fazem uso das mesmas estratégias, são taxadas de truculentas e primitivas. Em decorrência do colonialismo europeu e do imperialismo estadunidense, cujas marcas sociais e econômicas ainda perduram nessas regiões, muitas perdas humanas e materiais, resultantes das diversas invasões e guerras sangrentas praticadas por países ocidentais, acabam funcionando como mola propulsora de movimentos insurgentes radicais.

A crença de que a violência é característica de países que seguem o Islã é uma versão midiática manipulada, que oculta os abusos do imperialismo das nações ditas modernas e civilizadas. Diversas ameaças e restrições à plena liberdade religiosa ainda persistem e fazem parte da vida de muçulmanos em países ocidentais, como é o caso da França, com sua crescente xenofobia e um secularismo ideológico abusivo que proíbe a expressão religiosa, incitando revoltas recorrentes de grupos islâmicos (Casanova, 2009; Pereira, 2021). A França, berço dos ideais iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade, tem recorrido à exclusão e à negação desses princípios, sobretudo quando se trata da população muçulmana. Bauman (2017) sugere que essa rejeição ao outro é fruto de uma

sociedade marcada pelo medo, insegurança e individualismo exacerbado. Os "estranhos à nossa porta", como o autor intitula uma de suas obras, não são apenas estrangeiros geográficos, mas também representações simbólicas de tudo aquilo que ameaça a ordem dominante, o conforto e a manutenção dos privilégios que cercam a identidade coletiva ocidental. O autor alerta que, ao fechar as portas para o outro, a sociedade moderna perde sua capacidade de diálogo, de construção de vínculos e de evolução ética e política.

Outro exemplo de opressão histórica perpetrada pelo Ocidente é representado pela situação calamitosa infligida à Palestina, uma nação que, ironicamente, foi obrigada a pagar com suas terras e sua soberania uma dívida simbólica que a própria Europa criou com o povo judeu após uma das mais graves manifestações xenófobas e racistas da história da humanidade, que desembocou na Shoah, uma das maiores tragédias do século XX. Tais brutalidades contrastam claramente com o tratamento dado aos judeus por governantes muçulmanos, como atesta Armstrong (2002, p. 236):

> No Império Islâmico, os judeus, como os cristãos, tinham completa liberdade religiosa; os judeus viveram ali em paz até a criação do Estado de Israel em nosso século. Os judeus do Islã nunca sofreram como os judeus da cristandade. Os mitos antissemitas da Europa foram introduzidos no Oriente Médio no final do último século pelos missionários cristãos e eram normalmente ridicularizados pelo povo.

A Palestina foi utilizada como uma solução paliativa para reparar as atrocidades do Ocidente, que apoiou e alimentou a implantação de um estado sionista, empurrando para o Oriente Médio um problema que os próprios países ocidentais criaram como consequência de suas guerras (Altman, 2023; Khalidi, 2024). A imposição de um acordo unilateral, que dividiu o território, fez com que o povo palestino tivesse de enfrentar por décadas a ocupação abusiva e injusta de suas propriedades, junto com o apartheid, o dilaceramento de suas famílias e o contínuo massacre de sua população, na esteira de uma tentativa sistemática de expulsão, genocídio e limpeza étnica (Omais *et al.*, 2025). Mais uma vez na história da ocupação colonial israelense dos territórios palestinos, a mídia hegemônica entrou em ação para projetar sobre o mundo árabe as causas da violência, apoiando-se no argumento duvidoso do direito à "autodefesa", que encobre as reais origens do conflito, para assim mitigar e legitimar o plano ofensivo israelo-americano, afinal, a propaganda de guerra é uma peça fundamental para justificar tais ações, e não é à toa que há um alinhamento entre governos, mídias e formadores de opinião para sustentar esse sistema. Tais vicissitudes não se limitam apenas aos palestinos, mas se estendem a diversos países do Oriente Médio, como Egito, Líbano, Síria, Iraque, entre outros. Os laços consanguíneos da autora com familiares libaneses, somado às experiências vivenciadas por eles, às marcas de guerra e destruição presentes em sítios históricos milenares visitados pela autora em suas viagens ao país e às lembranças da infância, ainda que remotas, como sons de explosões ouvidos ao telefone ao se comunicar com seus avós no Líbano, são exemplos de situações que denunciam as consequências do projeto colonial israelense no Oriente Médio.

Segundo Armstrong (2002, p. 10), é notório que a representação negativa do Islã pela mídia é proposital, pois "alguns dos principais escritores, intelectuais e filósofos da Inglaterra descreveram o Islã de uma forma que revelava surpreendente ignorância ou terrível indiferença para com a verdade". Outro argumento que corrobora a manipulação da informação para fortalecer estigmas é o ocultamento da violência presente em outras religiões, que jamais é realçada na mesma proporção e magnitude vistas quando o assunto em pauta é o Islã, como explica Armstrong (2002, p. 11):

> [...] os críticos do Islã não raro citaram fora do contexto as mais violentas passagens do Alcorão, argumentando que esses versículos poderiam simplesmente inspirar e aprovar o extremismo. Todos eles com frequência ignoram o fato de que as Escrituras judaicas e cristãs podem ser igualmente belicosas. Na Torá, a parte mais sagrada da Bíblia hebraica, os israelitas

> são repetidamente conclamados a expulsar os cananeus da Terra Prometida, a destruir os seus símbolos sagrados, e a não fazer nenhum tipo de acordo com eles. Uma parcela dos fundamentalistas judeus usa esses textos para justificar a violência contra os palestinos e a oposição religiosa ao processo de paz no Oriente Médio. Mas quase todos conhecem bastante bem o judaísmo para saber que essas passagens intransigentes não são totalmente representativas e que usá-las dessa maneira é ilegítimo. Do mesmo modo, Jesus normalmente é apresentado como pacifista, porém nos evangelhos ele com frequência fala e se comporta com muita agressividade. Numa ocasião, chega mesmo a dizer que não veio para trazer a paz, mas a espada. Contudo ninguém citou esses textos quando os cristãos sérvios massacraram oito mil muçulmanos em Srebeneca. Ninguém acusou o cristianismo de ser uma religião intrinsecamente perigosa e violenta, pois são muitos os que sabem da complexidade dessa religião [...].

A alegação de que o intuito da *jihad* seria provocar conversões por meio da força ou violência também não tem sustentação, pois não há menção, no Alcorão nem na Sunna, de mensagens que incentivam ou ordenam que os muçulmanos forcem pessoas de outras religiões a se converterem ao Islã. Como relata Salgado Neto (2010), se a *jihad* fosse realmente um instrumento de conversão forçada validado pela religião, não haveria, nos diversos momentos da história islâmica, o convívio pacífico de cristãos, judeus, hinduístas, budistas e adeptos de outras religiões, sob a égide dos califados e de outros governos islâmicos. Na verdade, a lei alcorânica prescreve exatamente o contrário, deixando evidente, em um de seus versículos, que não deve haver coerção quanto à escolha da religião, portanto, se tal comportamento é praticado por grupos isolados, ele não pode ser atribuído à doutrina religiosa, nem generalizado de forma irresponsável como linha de conduta de todos os seus seguidores (Hasanzadeh; Renani, 2021).

Doutrinas e filosofias religiosas nem sempre podem ser responsabilizadas pelas visões de mundo, ideologias e condutas dos seus adeptos, uma vez que muitas delas escapam ou se desvirtuam dos ensinamentos doutrinários originais e suas diversas interpretações. Do mesmo modo, o Islã não pode ser confundido com os comportamentos dos seus seguidores, porém a distinção entre ambos ainda parece ser de difícil compreensão e a mídia tende a reforçar os entraves, barreiras e dificuldades. Além da indevida generalização decorrente do modo como tais comportamentos são noticiados, quando atentados e outros atos violentos são praticados especificamente por muçulmanos, o crime é imediatamente atribuído à religião que eles professam e não ao sectarismo e comportamento disfuncional dos próprios indivíduos (Karipek, 2020). Por outro lado, *serial killers*, ao praticarem atrocidades em países ocidentais, não costumam ser caracterizados por termos como "*serial killer* cristão" ou "terrorista ateu", como se observa em fatos ocorridos no território estadunidense, onde indivíduos cristãos que cometeram atentados à bomba não foram identificados por sua crença religiosa (Fieldstadt, 2022; Jaber, 2022).

Evidencia-se, desse modo, um claro viés ocidental na elaboração de representações que associam intenções violentas à doutrina islâmica e aos muçulmanos, por meio de uma postura hegemônica e eurocêntrica que determina a construção de sentidos sobre assuntos que, apesar de não serem do seu domínio, são interpretados a partir de sua própria ótica e conveniência de seus interesses. Há um nítido viés e seletividade nos conteúdos veiculados pelas representações midiáticas e discursos islamofóbicos, que desconsideram os inúmeros ensinamentos islâmicos que pregam a convivência pacífica, o ideal de justiça, o bom comportamento e a proibição de práticas e atos de violência. Em vez disso, fixa-se o foco em passagens isoladas do Alcorão, que supostamente poderiam servir de base para as alegações distorcidas. Somam-se a esse cenário os conteúdos propagados pelas mídias digitais e noticiários que validam tais argumentações, como também as

representações artísticas veiculadas em filmes, séries, documentários e produções literárias, que reproduzem e reforçam essas narrativas (Karipek, 2020).

"O Islã oprime mulheres": estereótipos acerca do hijab, da poligamia e do casamento islâmico

Hijab é o termo utilizado para designar o véu usado por mulheres muçulmanas para cobrir os cabelos, o pescoço e, às vezes, os ombros, deixando o rosto visível. Trata-se de uma forma simbólica de demonstrar modéstia e fidelidade à prática religiosa que, além de cobrir o corpo feminino, também eleva a responsabilidade da mulher sobre seus atos, tendo em vista que suas condutas devem ser coerentes com os princípios espirituais islâmicos. É um dos símbolos mais reconhecíveis da vestimenta islâmica feminina, usada como expressão de fé e identidade cultural, e que se tornou um dos maiores alvos de julgamento do Ocidente contra o Islã. Distorções, disseminação maciça de desinformação e juízos de valor da cultura hegemônica contribuíram para que o *hijab* se tornasse um símbolo de opressão. Na verdade, é uma vestimenta que se assemelha ao hábito de freiras, um símbolo de devoção, porém a mídia acabou construindo um sentido totalmente diferente do original. Não parece contraditório que indumentária semelhante, quando usada por adeptos de outras religiões, seja vista positivamente como símbolo de fé e religiosidade, e que somente no Islã seja rotulada como signo de opressão e retrocesso civilizatório?

São diversas as situações constrangedoras que uma mulher muçulmana vivencia em ambientes públicos no Brasil, em razão do uso do *hijab*, sendo esse certamente o tema frequentemente dirigido a uma mulher muçulmana, segundo as vivências da autora. As reações variam desde um olhar de compaixão até ofensas abertas, tais como "mulher-bomba", ou perguntas do tipo: "você usa essa roupa por causa do seu marido?", "você não sente calor com essa roupa?", "por que você não pode mostrar o seu cabelo?", "você não tem vontade de tirar?" Tais conteúdos transmitem a ideia de que o *hijab* é uma peça incômoda para a mulher muçulmana, quando na realidade o traje parece incomodar mais aos que a observam do que a si própria. Alguns detratores do *hijab* argumentam que tal vestimenta não se adequa ao "mundo moderno" em que vivemos, fazendo afirmações como: "Aqui no Brasil você é livre, você não precisa usar isso".

É uma infeliz realidade constatar que o uso do véu, no imaginário popular, é mais associado a uma privação de liberdade e à suposta submissão da mulher ao homem do que uma reverência a Deus, ainda que seja esse último o propósito real da vestimenta. Se existem variações culturais sobre isso, elas estariam infringindo as leis alcorânicas. O *hijab* não só faz parte da identidade islâmica, como tem outros propósitos como a proteção da dignidade da mulher, de seu corpo, a modéstia e a devoção religiosa, representando sobretudo um ato de obediência a um comando divino. A liberdade na perspectiva islâmica se conecta ao cultivo de valores e do caráter, e não somente ao corpo e à vaidade. No entanto, propagou-se a ideia de que o *hijab* é uma imposição masculina, do pai ou do marido, quando na verdade é uma ordem divina e não humana (Lone, 2019).

Para um muçulmano, a opressão e desvalorização da mulher se dá pela exploração da nudez e do corpo, enquanto que, sob as lentes ocidentais, isso é interpretado como uma manifestação da liberdade. Tal indagação soa um tanto contraditória à medida que estudos confirmam que a conversão de mulheres ao Islã no Ocidente é superior ao do contingente masculino (Haddad; Smith; Moore, 2006; Nieuwkerk, 2006). Logo, se a vestimenta islâmica fosse uma forma de opressão feminina, como então justificar a conversão de inúmeras mulheres europeias, brasileiras e estadunidenses ao Islã, que aceitam espontaneamente adotar tal vestimenta? Por que uma mulher

ocidental, que nasceu e viveu em um suposto contexto de "liberdade", aderiria a uma religião que a privasse dessa liberdade? Não parece um tanto arbitrário e incoerente reduzir um conceito tão amplo, como a liberdade, a uma indumentária? Se tal lógica é aceita como verdadeira, seria então válido afirmar que a exposição da nudez também é sinônimo de liberdade? Tais questionamentos se baseiam na ideia disseminada pelo Ocidente de que a vestimenta tolhe a liberdade feminina e implica na imposição de valores que não servem para todos os povos (Omais, 2024). Para aderir à ideia da decolonialidade, no entanto, é preciso entender que o "ser" e o "pensar" do outro nem sempre se enquadrarão nos padrões e critérios de certo e errado de uma determinada cultura.

O casamento islâmico também é uma temática que desperta muita curiosidade e, ao mesmo tempo, gera muitas distorções no Ocidente. Um dos questionamentos clássicos ouvidos pela autora é se as muçulmanas se casam com parceiros escolhidos e determinados pela família, como se elas não tivessem livre-arbítrio. Em primeiro lugar, é preciso compreender a distinção entre casamento forçado e casamento arranjado. Apesar de ambos os termos parecerem ter o mesmo sentido, na verdade o casamento forçado é aquele no qual a escolha do parceiro ou da parceira é realizada pelos familiares, e não pelo casal. Essa prática não é islâmica, mas cultural. O Islã proíbe casamentos realizados sem o consentimento de ambos os cônjuges. Já no casamento arranjado, os pais apenas sugerem aos filhos pessoas as quais consideram de boa índole, sendo integrantes da família ou não, para que eles se conheçam, porém, são apenas sugestões e cabe ao casal decidir ou não aceitar se conhecer.

Além desses estereótipos, outro assunto bastante distorcido e ridicularizado no mundo ocidental, apesar de não ser uma prática exclusiva dos muçulmanos, muito menos algo novo na história da humanidade, é a poligamia. Ao contrário da imagem propagada do casamento poligâmico como um harém para o deleite masculino, essa prática no Islã só é permitida quando preenchidos determinados requisitos. A monogamia é a regra, e a poligamia a exceção. A permissibilidade ao homem para se casar com até quatro mulheres historicamente foi uma restrição, tendo em vista que, no momento histórico em que foi revelado o Alcorão, era comum que os homens desposassem um número ilimitado de mulheres. O Islã restringiu esse privilégio masculino, acrescentando também responsabilidades sobre o homem em relação a esse tipo de casamento, como a igualdade de tratamento, tanto afetivo como de provimento material para todas as esposas. Tais critérios não são fáceis de serem preenchidos nos dias atuais e por isso poucos muçulmanos optam pelo casamento poligâmico (Amstrong, 2002). Ademais, historicamente, em razão das inúmeras guerras locais, havia um número significativo de viúvas e órfãos que não tinham como se manter, a não ser por meio da proteção familiar e financeira conferidas pelo matrimônio (Sonn, 2011). Assim, o diferencial da poligamia islâmica é que, ao conceder essa permissão, o Islã busca garantir a oficialização das relações e a manutenção da estrutura familiar, evitando com isso relações extraconjugais, que nem sempre garantem os direitos e a proteção das mulheres.

Considerações Finais

As representações estereotipificadas construídas sobre o Islã no Ocidente não se restringem apenas a temas ligados à violência de gênero, fanatismo religioso e terrorismo. A diversidade de conteúdos deturpados a respeito da doutrina islâmica e dos muçulmanos, quando elencada separadamente, evidencia uma lógica de manipulação que extrapola a simples alegação de ignorância, pois são distorções a respeito do modo de viver dos muçulmanos, suas práticas, vestimentas, crenças, valores e visões de mundo, bem como da figura do profeta Muhammad, o

Alcorão e sua interpretação, as bases e fundamentos da doutrina, e até a concepção de Deus. Toda a religião islâmica tem sido submetida a um processo permanente de construção de estereótipos sociais, e não somente da deturpação de preceitos isolados. Um amplo processo de estigmatização social construído sistematicamente ao longo de séculos, através da deslegitimização dos fundamentos islâmicos e do apagamento de suas origens ancestrais, se entrelaça às representações midiáticas fabricadas por narrativas religiosas contemporâneas e antigas. Também contribuiu para a desqualificação da fé islâmica a distorção dos sentidos e significados originais de conteúdos islâmicos, a invisibilização das contribuições dos muçulmanos à Ciência, a propagação de erros em obras literárias patrocinadas pela influência do orientalismo, a reprodução de clichês estereotípicos em produções artísticas e a imposição da ideologia imperialista ocidental, com sua visão de mundo hegemônica que até hoje se sobrepõe à soberania de povos, religiões e culturas diversas.

Os estereótipos não decorrem somente das diferenças entre raças, religiões e etnias, mas também dos atores sociais que reforçam e intensificam tais representações. Enquanto a violência é constantemente realçada em matérias e textos que retratam o Islã e/ou os muçulmanos, atos semelhantes de violência, quando perpetrados pelas nações do Ocidente ou em nome de outras religiões, tendem a ser sistematicamente invisibilizados ou minimizados para se preservar uma imagem positiva diante do mundo. Há incontáveis confrontos armados, promovidos pelos países ocidentais, que deixam um rastro de perdas humanas incalculáveis. A ideia de que tais violências estejam sepultadas em um passado longínquo é uma das estratégias usadas para mascarar um terrorismo muitas vezes influenciado e fomentado pelo Ocidente, a partir de um sistema colonialista opressor movido por interesses materiais e imperialistas. Interesses que desestabilizaram política, social e economicamente os países subjugados, fomentando a revolta e um espírito de resistência e luta que até hoje busca a reparação pelos inúmeros danos causados, incluindo os crimes contra a humanidade como genocídios, escravização e tortura sistemática. O pouco que ainda resta de representações sobre conteúdos relacionados à doutrina islâmica ou de seus seguidores foi e continua sendo reduzido a imagens negativas, construídas a partir de interesses geopolíticos movidos por razões obscuras.

Desmistificar e desconstruir estereótipos requer uma série de ações estratégicas e a primeira delas é ampliar o conhecimento sobre um determinado povo, suas origens, seus valores fundamentais, crenças e costumes. A ciência deve contribuir nesse processo, decolonizando saberes e dando novos contornos ao modo de fazer ciência, reconhecendo o protagonismo daqueles que foram por tanto tempo retratados exclusivamente pelo olhar hegemônico. Os erros e distorções discutidos ao longo deste estudo não se restringem a fatos do cotidiano, mas dizem respeito até mesmo a interpretações doutrinárias, por isso, o impacto de tais danos não se limita ao âmbito material, mas atingem também o patrimônio imaterial e simbólico das culturas não hegemônicas, por meio da contaminação por imagens tóxicas, estereotipificadas, nocivas e assustadoras sobre o Islã e os árabes, que afetam a vida e o bem-estar de milhões de muçulmanos que vivem como populações minorizadas em diversos países. O sofrimento psicossocial é incrementado por manifestações islamofóbicas, que se materializam na forma de humilhações, insultos, chacotas, agressões físicas e verbais, preconceitos e discriminações que reforçam a segregação e o isolamento social. Para depurar tantas representações deturpadas e sedimentadas ao longo da história ainda será necessário um longo tempo até que se tenha a reparação e se alcance uma reversão completa desse processo.

Por fim, é preciso usar do bom senso para apurar os assuntos relativos à religião nas suas diversas nuances, facetas e complexidades, usando de prudência para não cair na armadilha de

abraçar conhecimentos prontos e simplistas, ou de credibilizar informações que revelem somente uma versão parcial da história. Discernimento e sensatez na relação com os preceitos, textos e escrituras sagradas também são elementos indispensáveis para empreender a restauração de relações saudáveis. O estudo, a compreensão e interpretação de dogmas e conteúdos considerados sagrados para determinada religião demandam responsabilidade social e uma postura democrática, inclusiva e anti-preconceituosa. Trata-se de um processo revitalizador no qual o cuidado, a ética e o respeito à alteridade são ingredientes indispensáveis.

Referências

Alcorão Sagrado. Português. *Os significados dos versículos do Alcorão Sagrado com comentários*. Tradução: Samir el Hayek. 16. ed. São Paulo: Marsan Editora Jornalística, 2019.

Allen, C. *Islamophobia*. Farnham: Ashgate Publishing, 2013.

Altman, B. *Contra o sionismo*: retrato de uma doutrina colonial e racista. São Paulo: Alameda, 2023.

Armstrong, K. *Maomé*: uma biografia do profeta. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Bartkoski, T.; Lynch, E.; Witt, C.; Rudolph, C. A meta-analysis of hiring discrimination against Muslims and Arabs. *Personnel Assessment and Decisions*, n. 4, v. 2, p. 1-16, 2018. Doi: https://doi.org/10.25035/pad.2018.02.001.

Bauman, Z. *Estranhos à nossa porta*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

Beckett, K. S. *Anglo-Saxon perceptions of the Islamic world*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

Bucaille, M. A Bíblia, o *Alcorão e a ciência*. São Bernardo do Campo: Ed. Makkah, 2012.

Cair. Hijacked by hate. American Philanthropy and the Islamophobia network. Council on American: *Islamic Relations*, 2019. Disponível em: https://pa.cair.com/files/CAIR_Islamophobia_Report_2019_Final_Web.pdf.

Campos, L. A. M. *et al.* O que são estereótipos?. *Revista Científica Multidisciplinar do Centro Universitário São José*, v. 17, n. 2, 2021.

Carland, S. A war of words: preliminary media analysis of the 2023 Israel-Gaza war. *Islamophobia Register Australia*: p. 1-25, 2023. Disponível em: https://islamophobia.com.au/wp-content/uploads/2023/12/IRA_2023-Israel-Gaza-War-Report_Final_V3.pdf.

Casanova, J. The secular and secularisms. Social Research: *An International Quarterly*, v. 76, n. 4, p. 1049-1066, 2009. Doi: https://doi.org/10.1353/sor.2009.0064.

Crotty, R. Hagar/Hajar, *Muslim women and Islam*: Reflections on the historical and theological ramifications of the story of Ishmael's mother. *In*: Lovat, T. (Ed.), Women in Islam. Dordrecth: Springer, p. 165-184, 2012.

De Juan, A. The role of intra-religious conflicts in intrastate wars. *Terrorism and Political Violence*, v. 27, n. 4, p. 762-780, 2015.

El Kaisy-Friemuth, M. The concept of freedom in Islam. *In*: Tamer, G., Mannle, U. (ed.). *The concept of freedom in Judaism, Christianity and Islam*. Boston: De Gruyter, 2019.

Elass, M. A. Four Jihads. *Christian History*, n. 74, 2002.

Elbih, R. Teaching about Islam and Muslims while countering cultural misrepresentations. *The Social Studies,* v. 3, n. 106, p. 112-116, 2015.

Esposito, J. L. *Unholy war: terror in the name of Islam*. New York: Oxford University, 2002.

Fieldstadt, E. America´s deadliest serial killers. *CBC News*. Disponível em: https://www.cbsnews.com/pictures/americas-deadliest-serial-killers/. Acesso em: 21 jul. 2024.

Goffman, E. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução: Mathias Lambert. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Haddad, Y.; Smith. J.; Moore, K. *Muslim women in America*: the challenge of Islamic identity today. New York:

Oxford University Press, 2006.

Hamad, A. A. H. Western arabo-islamophobia: where and when will it end?. *International Journal of Islamic Thought*, v. 9, p. 1-9, 2016. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/132305113.pdf.

Hasanzadeh,S.; Renani, A. A. A peaceful interpretation of Jihad in the Qur'an. *Studies in Conflict & Terrorism*, v. 46, n. 12, p. 1-20, 2021. Doi: https://doi.org.10.1080/1057610X.2021.1935716.

Hathout, H. *Viagem pela mente de um muçulmano*. [*S. l.*]. American Trust Publications, 2014.

Three per cent of the Quran are rules. [*S. l.*], 2021. 1 vídeo (2 min, 48 s). Publicado pelo canal Islam Channel. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8C6lL6XE-TA. Acesso em: 28 out. 2025.

Jaber, N. Islamophobia: definition, history, and aspects. *Journal Pendidikan Islam*, v. 5, n. 2, p. 327-338, 2022. Doi: https://doi.org/10.31538/nzh.v5i2.1991.

Jairo, I., França, D. Os estereótipos: uma revisão sistemática das publicações conceituais. *Cadernos de Psicologia*, v. 2, n. 20, p. 1-20, 2022. Doi: https://doi.org/10.9788/CP2022.2-09.

Jakubaszko, D. Quebrando estereótipos e rompendo preconceitos na sala de aula. *Revista Espaço Acadêmico, Maringá*, v. 14, n. 168, 2015.

Karipek, A. Portrayals of Jihad: a cause of islamophobia. *Islamophobia Studies Journal*, v. 5, n. 2, p. 210-255, 2020.

Khalidi, R. *Palestina*: um século de guerra e resistência (1917-2017). São Paulo: Todavia, 2024.

Khan, S. Prophet Muhammad's alleged authorship of the Quran. *IslamiCity*. 2014. Disponível em: https://www.islamicity.org/5798.

Krüger, H. Cognição, preconceitos e estereótipos sociais. *In*: Lima, M. E.; Pereira, M. E. (org.). *Estereótipos, preconceitos e discriminação*: perspectivas teóricas e metodológicas. Salvador: EDUFBA, 2004.

Lean, N. *The Islamophobia industry*. Pluto Press, 2017.

Lippmann, W. *Opinião Pública*. Tradução: Jacques A. Wainberg. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

Lone, R. A. Hijab in Islam: liberation or oppression from Islamic and Western perspective. *Research Guru*, v. 13, n. 1, p. 526-533, 2019.

López, F B. Towards a definition of Islamophobia: approximations of the early twentieth century. *Ethnic and Racial Studies*, v. 34, n. 4, p. 556-573, 2010. Doi: https://doi.org/10.1080/01419870.2010.528440.

Maia, S.; Batista, J. S. Reflexões sobre a autoetnografia. *Revista Prelúdios*, v. 9, n. 10, p. 240-246, 2022. Doi: https://doi.org/10.9771/revpre.v10i10.37669.

Manan, A.; Taran, J. P. The Sunni-Shia conflict in the history of Islam: an analytical descriptive study. *Journal of Social Religion Research*, v. 5, n. 2, p. 165-182, 2020. Doi: https://doi.org.10.24256/pal.v5i2.1327.

Miranda, C. F. A autoetnografia como prática contra-hegemônica. *Teoria e Cultura*, v. 17, n. 3, p. 70-78, 2022. Doi: https://doi.org/10.34019/2318-101X.2022.v17.38100.

Muslim population by country. *World Population Review*. Disponível em: https://worldpopulationreview.com/country-rankings/muslim-population-by-country. Acesso em: 18 abr. 2023.

Nasr, S. H. O significado espiritual de Jihad. *In*: Bartholo, R.; Campos, A. *Islã*: o credo é a conduta. Rio de Janeiro: Imago; Iser, 1990, p. 269-273.

Nieuwkerk, K. V. *Women embracing Islam*. Austin: University of Texas Press, 2006.

Nygard, M. The Muslim concept of surrender to God. *Word and World*, v. 16, p. 158-168, 1996.

Omais, S. Mulheres muçulmanas são oprimidas? Ponderações acerca dos discursos que fomentam a hijabofobia e dos sentidos atribuídos ao hijab (véu islâmico) na perspectiva islâmica. *REVER*: *Revista de Estudos da Religião, São Paulo*, v. 24, n. 3, p. 185-196, 2024. Doi: https://doi.org/10.23925/1677-1222.2024vol24i3a12.

Omais, S.; Santos, M. A. Raízes da islamofobia e da arabofobia: uma interlocução socioteológica com as representações bíblicas de Abraão, Ágar e Ismael e suas repercussões na sociedade. *Reflexão*, v. 49, e10493, 2024a. Doi: https://doi.org/10.24220/2447-6803v49a2024e10493.

Omais, S.; Santos, M. A. Alcorão: uma leitura sobre as particularidades do livro sagrado dos muçulmanos, a

Sunna, o profeta Muhammad e os pilares fundamentais do Islã. Estudos de Religião, v. 38, n. 2, p. 288-315, 2024b. Doi: https://doi.org/10.15603/2176-108/er.v38n2p288-315.

Omais, S.; Santos, M. A. Psicologia islâmica: uma perspectiva inclusiva de epistemologias religiosas no campo da psicologia da religião. *Psicologia USP*, v. 35, e220015, 2024c. Doi: https://doi.org/10.1590/0103-6564e220015.

Omais, S.; Santos, M. A. O protagonismo da mídia na construção de estereótipos sobre árabes e muçulmanos e as repercussões psicossociais da retórica islamofóbica. REVER: *Revista de Estudos da Religião*, v. 24, n. 3, p. 321-337, 2024e. Doi: https://doi.org/10.23925/1677-1222.2024vol24i3a21.

Omais, S.; Sammour, G. M.; Santos, M. A. Direitos humanos para quem? Reflexões sobre o genocídio na Palestina e o modus operandi do imperialismo colonialista em relação a árabes e muçulmanos. *Revista Caminhos*: Revista de Ciências da Religião, v. 23, n. 2, e14936, 2025. Doi: https://doi.org/10.18224/cam.v23i2.14936.

Pace, V. Il fondamentalismo islamico: una risposta sbagliata alla domanda di democrazia. Horizonte: *Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, v. 18, n. 57, p. 955-974, 2020. Doi: https://doi.org/10.5752/P.2175-5841.2020v18n57p955.

Paul, K. O. A reflection on the Islamic portrait of Jesus. *Pharos Journal of Theology*, v. 103, p. 1-16, 2022. Doi: https://doi.org/10.46222/pharosjot.10309.

Pereira, L. Islã e a laïcité. *Estudos de Sociologia*, v. 26, n. 51, p. 661-645, 2021. Doi: https://doi.org/10.52780/res.15026.

Pereira, M. E. *Psicologia social dos estereótipos*. São Paulo: EPU, 2002.

Raimondi, G. A., Moreira, C.; Brilhante, A. V. A autoetnografia performática e a pesquisa qualitativa na Saúde Coletiva: (des)encontros metodológicos. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 12, e00095320, 2020. Doi: https://doi.org/10.1590/0102-311X00095320.

Rajabzadeh, S. *The depoliticized Saracen and Muslim erasure*. Literature Compass, n. 16, p. 9-10, 2019.

Reggi, V. Constructing and deconstructing stereotypes. *Philology*, v. 4, n. 2018-2019, p. 405-418, 2019.

Ribeiro, L. M. P. A implantação e o crescimento do islã no Brasil. *Estudos de Religião*, v. 26, n. 43, p. 106–135, 2012.

Said, E. W. *Cultura e imperialismo*. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

Salgado Neto, L. Discursos sobre o Islã e os muçulmanos em livros didáticos. *Cadernos do Aplicação*, v. 23, n. 1, p. 63-100, 2010.

Santos, S. M. A. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. *Plural*, v. 24, n. 1, p. 214-241, 2017. Doi: https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcso.2017.113972.

Shaheen, J. G. Reel bad Arabs: how Hollywood vilifies a people. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 588, p. 171-193, 2003.

Sherwood, Y. Hagar and Ishmael: the reception of expulsion. *Interpretation*, v. 68, n. 3, p. 286-304, 2014.

Silva, B. P., Maranhão, S. M. A designação dos muçulmanos na lexicografia brasileira. *Comunicação apresentada no VI Encontro do Mestrado em Letras da Universidade do Piauí*. 2012.

Sonn, T. *Uma breve história do Islã*. Tradução: Maria Helena R. R. de Souza. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

Souza, A.G. Erros históricos permitem formação de conceitos errados sobre Islã e muçulmanos. [Entrevista cedida a] Instituto da Cultura Árabe. *Icarabe*, São Paulo 10 jun. 2006. Disponível em: https://www.icarabe.org/entrevistas/erros-historicos-permitem-formacao-de-conceitos-errados-sobre. Acesso em: 18 abr. 2023.

Tamayo, J. J. *Hermano Islam*: para una relectura del Islam desde el diálogo y la paz. Madrid: Editorial Trotta, 2019.

The hadith of the Prophet Muhammad (صلى الله عليه و سلم) at your fingertips. *Sunnah.com*. Disponível em: https://sunnah.com/ Acesso em: 18 abr. 2023.

Zine, J. The Canadian Islamofobia Industry: mapping Islamophobia's ecosystem in the great white north. *Islamophobia Research & Documentation Project and Islamophobia Studies Center, Berkeley*, California, p.

1-127, 2022. Disponível em: https://view.publitas.com/center-for-race-gender-uc-berkeley/irdp-report-the-canadian-islamophobia-industry/page/2-3. Acesso em: 18 abr. 2023.

Colaboradores

S OMAIS: Conceituação, Curadoria de dados, Investigação, Metodologia, Análise, Escrita (rascunho original e revisão). M. A. SANTOS: Supervisão, Visualização, Escrita (revisão e edição).